

BOLETIM 1392

Brasília (DF), 14 de novembro de 2024

CONTRICOM NOS ESTADOS



Evento comemora 15 anos da instituição do piso estadual de Santa Catarina

Diversas entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, juntamente com representantes do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, e parlamentares estaduais participaram do evento que comemorou os 15 anos da instituição do piso regional de Santa Catarina, durante as atividades da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva.

O presidente da FETICOM-SC e da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, representou as 2 entidades na cerimônia que aconteceu na Assembleia Legislativa do estado (ALESC).

Segundo Altamiro, “o piso estadual já é uma conquista consolidada do movimento sindical e dos trabalhadores e, nesses 15 anos desde que foi instituído, representou um forte estímulo à economia catarinense, como se pode observar nos dados positivos de crescimento do estado em todos os setores da economia”.



Altamiro e a presidente do SITICOM de São Miguel do Oeste, Solange, durante o evento na ALESC

O piso salarial estadual de Santa Catarina foi instituído em 2009 pela Lei Complementar 459, com validade para o ano de 2010. Em todos os anos subsequentes, os valores foram negociados e acordados entre entidades representativas dos empregadores e dos trabalhadores, com quatro faixas salariais.

Em 2024, o piso salarial estadual de Santa Catarina foi reajustado em 6% e o índice atendeu milhares de trabalhadores que não são amparados por piso definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, beneficiando diversas categorias profissionais.

Em todos os anos subsequentes, os valores foram negociados e acordados entre entidades representativas dos empregadores e dos trabalhadores, com quatro faixas salariais.



Na foto, representantes das federações laborais e patronais com o governador de Santa Catarina, Jorginho Melo, este ano, durante o entendimento em torno do piso firmado para o ano de 2024.

CONTRICOM NOS ESTADOS



FETICOM NORTE/NORDESTE renova Diretoria e faz prestação de contas

A FETICOM NORTE/NORDESTE promoveu, no último dia 8 de novembro, eleições para renovação de sua Diretoria (**foto acima**) e reunião dos conselheiros para analisar a prestação de contas da entidade de 2023 e aprovar a Proposta Orçamentária para 2025.

O companheiro Edivan Cruz, que também é dirigente da CONTRICOM, foi reconduzido à presidência da FETICOM NORTE/NORDESTE para o período de 2025/2029.

Na ocasião, o sindicalista agradeceu o resultado do pleito: “Agradecimento a todos pela renovada confiança, pela chance de estar à frente de uma entidade sindical tão importante para Pernambuco e o Brasil. Assim, tenham certeza que continuarei fazendo o melhor, tanto para a Federação, sindicatos e os trabalhadores que representamos”, afirmou.

Os conselheiros presentes, na oportunidade, também aprovaram a prestação de contas de 2023 e a Proposta Orçamentária para o ano de 2025 (**foto acima, na coluna ao lado**).



CONHEÇA A DIRETORIA ELEITA (2025/2029)

Presidente: Edivan Mariano da Cruz

Vice Presidente: Reginaldo Jose Ribeiro

1º Vice Presidente: José Luiz Cavalcante

Secretário Geral: Manoel Januário Filho,

1º Secretária Adjunto: Dulcilene C. de Moraes

2º Secretário Adjunto: Francisco Neves de Brito,

Secretário de Finanças: Antonio Jose dos Santos,

Secretário de Finanças Adjunto: Glaucio M. Pessoa

1º Suplente Diretoria: José Augusto De Souza

2º Suplente Diretoria: Pedro Vieira Silva Portugal

3º Suplente Diretoria: Jose Henrique Casteliano

4º Suplente Diretoria: Rafaela Melo Da Silva

5º Suplente Diretoria: Dedery Ricardo R. Silva

6º Suplente Diretoria: Alan Lins

7º Suplente Diretoria: Cícero dos Santos Barbosa

8º Suplente Diretoria: Ranielle Castro Mendes

Conselho Fiscal Efetivos: Antonio Bezerra Da Silva

Cícero Justino da Silva e Mariete Santos Calheiro

Conselho Fiscal Suplentes: Edson Carlos Da Silva

Samuel Temóteo da Silva e João Vieira Lins Junior

Diretor Confederativo Efetivo: Edivan Mariano Da Cruz.

Diretor Confederativo Suplente: Manoel Januário Filho

Delegado Representante Efetivo: José Augusto de Souza.

Delegado Representante Suplente: Ivonaldo da Cruz Santos



Centrais sindicais apresentarão documento unitário no G20 Social

Conheça os 20 pontos do documento das centrais sindicais para o G20 Social. Saiba mais sobre o evento no Rio de Janeiro em 2024.

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, Intersindical e Pública participarão do G20 Social, de 14 a 16 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Para isso foi preparado um documento unitário elaborado junto com o DIEESE, que servirá como base, no qual destacam a importância de garantir empregos de qualidade na transição para uma economia mais sustentável e em um ambiente onde a tecnologia pode representar uma ameaça.

O documento afirma que:

“Uma transição justa exige medidas para a adaptação aos fenômenos em curso, inclusão social, trabalho decente, com direitos, representação sindical, valorização salarial, saúde e segurança no trabalho, mecanismos de redistribuição dos ganhos de produtividade entre empregadores, trabalhadores e Estado, além da modernização do parque industrial com oferta de energia limpa e matéria-prima sustentável.

Os sindicatos, pela capilaridade e pelo conhecimento de cada categoria, podem proporcionar a introdução de medidas sustentáveis e de proteção aos trabalhadores nos locais de trabalho por meio das convenções coletivas, dos acordos salariais, de cursos de qualificação profissional e das ações políticas que defendem os interesses da classe trabalhadora”.

E lista 20 pontos que “buscam contribuir diretamente com propostas relacionadas ao mundo do trabalho, considerando as temáticas da transição justa, o combate às desigualdades e à pobreza, e a busca por uma nova governança global”.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Seguro-desemprego deve ficar fora dos cortes do governo

Desde que começaram as especulações acerca do pacote contra gastos, pelo governo federal, o seguro-desemprego entrou na mira da área econômica. O sindicalismo reagiu de pronto, ainda em outubro, e as Centrais publicaram Nota em defesa do benefício. A Nota alerta o governo a não alterar a conquista, prevista na própria Constituição.

O Valor Econômico lembrou a ameaça do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, de deixar o cargo se o benefício entrar no pacote. O objetivo do ministro e do sindicalismo é deixar o seguro fora dos cortes de gastos que Lula deve enviar ao Congresso, a fim de manter o arcabouço fiscal.

A ideia em avaliação pelo Ministério do Planejamento e Orçamento é que o critério de concessão seja a renda familiar per capita e que o benefício se limite a um por família. Hoje, 2 ou mais pessoas do mesmo grupo familiar podem recebê-lo.

Constituição – Seguro-desemprego integra a Seguridade Social. Sua finalidade é prover assistência financeira temporária a empregado dispensado sem justa causa.

A Agência Sindical ouviu o dr. Marcílio Penachioni, que argumenta: “Trata-se de direito Constitucional, assegurado no Artigo VII, Inciso II”. Para ele, é um direito adquirido, “porque, quando contratado, o empregado já sabe que, em caso de dispensa sem justa causa, contará com esse aporte. Cortar o seguro, num quadro onde não haja pleno emprego, é medida antissocial”, afirmou.



EC sobre fim da jornada de trabalho 6x1 já tem mínimo de assinaturas necessárias para tramitação na Câmara

Após forte mobilização nas redes sociais, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa abolir a escala de trabalho 6x1 ganhou tração e conquistou o número mínimo de assinaturas para tramitar no Congresso Nacional, destaca o jornal O Globo. O movimento, capitaneado pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP) e inspirado por uma campanha de seu correligionário, o vereador paulistano Rick Azevedo (PSOL), alcançou rapidamente 194 assinaturas, bem acima do mínimo necessário de 171 apoios para uma PEC.

A proposta sugere o fim do regime de seis dias consecutivos de trabalho com um dia de folga, em que trabalhadores com jornadas semanais de 44 horas cumprem expedientes diários de sete horas. Esta iniciativa enfrentou resistência especialmente entre deputados de partidos à direita, com a maioria dos signatários oriundos das bancadas do PSOL e do PT. Do lado conservador, apenas Fernando Rodolfo (PL-PE) subscreveu a proposta, destacando-se como exceção em sua bancada.

Defensores da PEC argumentam que a escala 6x1 afeta negativamente a saúde mental dos trabalhadores, promovendo um ambiente de trabalho extenuante. Na Comissão de Direitos Humanos, Hilton declarou que a medida busca modernizar as condições de trabalho no Brasil. “A lógica do trabalho seis por um deteriora a saúde mental dos trabalhadores, enquanto países mais desenvolvidos já evoluíram em direção a políticas mais humanas”, afirmou.

Nas redes sociais, o tema ganhou forte adesão de perfis progressistas e de influenciadores digitais.

Fonte: Brasil247

Ministério do Trabalho apoia redução da jornada de trabalho

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) afirmou que considera “plenamente possível e saudável” a redução da jornada semanal de trabalho, atualmente incluída em 44 horas para trabalhadores que seguem a escala 6x1. A Pasta sugere que o tema seja batido em convenções e acordos coletivos entre empresas e empregados.

Em nota, o MTE ressaltou que a questão exige uma “discussão aprofundada” e o envolvimento de todos os setores, levando em conta as particularidades de cada área, especialmente em setores que operam de forma ininterrupta.

A pauta tem gerado debate nas redes sociais e, o Palácio do Planalto acompanha de perto a mobilização em torno da proposta de mudança.

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego escreveu no X incentivando a negociação coletiva, por acordo ou convenção entre sindicato dos trabalhadores e empresas. Disse que “Como dito em nota, o @MTE entende que a questão da escala de trabalho 6x1 deve ser tratada em convenções e acordos coletivos de trabalho.



MTE realiza Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista

Nos dias 11 e 12 de novembro, o Ministério do Trabalho e Emprego promoveu, em São Paulo, o Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista, com a participação de entidades sindicais de trabalhadores e empregadores.

O próprio ministro do Trabalho, Luiz Marinho, fez a abertura do evento, que contou com debates sobre os seguintes temas:

- Economia do cuidado e negociação coletiva;
- Inteligência artificial e negociação coletiva;
- Promovendo políticas de igualdade na negociação coletiva;
- Transição justa na negociação coletiva;
- Negociação coletiva no setor público;
- A Declaração de Empresas Multinacionais da OIT e a Negociação Coletiva;
- Diálogo Social/Segurança e Saúde no Trabalho/negociação coletiva.

Governo Lula é aprovado por 67,6% dos brasileiros, mostra pesquisa CNT/MDA

Percentual leva em conta os brasileiros que consideram a gestão federal "ótima", "boa" ou "regular". Os que desaprovam somam 30,8%

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o instituto MDA, aponta que 67,6% dos brasileiros aprovam o governo Lula (PT), considerando sua gestão "ótima", "boa" ou "regular". O levantamento divulgado revela que 30,8% dos entrevistados classificam o governo de forma negativa, seja como "ruim" ou "péssimo", o maior percentual desde o início do atual mandato.

Conforme os dados da pesquisa, o índice de aprovação se distribui entre 12,2% que consideram a gestão "ótima" e 23,3% que a avaliam como "boa". Outros 32,1% dos brasileiros avaliam o governo como "regular", reforçando uma base de aprovação ampla, mas com diferenciações no nível de entusiasmo com as políticas atuais. Esses números indicam que, apesar dos desafios enfrentados pela administração federal, ainda há um nível significativo de apoio, especialmente em setores que mantêm uma visão moderada e esperançosa sobre a gestão.

Metodologia - O instituto MDA entrevistou 2.002 pessoas presencialmente em diversas regiões do Brasil, entre os dias 6 e 9 de novembro, com uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos e um nível de confiança de 95%.

Fonte: Brasil247



Inflação oficial sobe para 0,56% em outubro, apura o IBGE

Taxa é maior do que as observadas no mês anterior (0,44%)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou taxa de 0,56% em outubro deste ano. A taxa é maior do que as observadas no mês anterior (0,44%) e em outubro de 2023 (0,24%). O dado foi divulgado nesta sexta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA acumula taxa de inflação de 4,76% em 12 meses, acima dos 4,42% observados em setembro e acima do teto da meta de inflação (4,50%), estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano. Nos dez primeiros meses do ano, o IPCA acumula taxa de 3,88%.

A taxa de inflação em agosto foi puxada principalmente pelos gastos com habitação e com alimentos. O grupo de despesas habitação teve alta de preços de 1,49%, influenciada pelo avanço do custo da energia elétrica, que subiu 4,74%, com a implementação da bandeira tarifária vermelha 2, a partir de 1º de outubro.

O grupo alimentação e bebidas teve variação de preços de 1,06%, puxada principalmente pelo aumento das carnes (5,81%). Entre os tipos de carne com altas mais elevadas destacam-se acém (9,09%), costela (7,40%), contrafilé (6,07%) e alcatra (5,79%). Outros alimentos com altas de preços foram tomate (9,82%) e café moído (4,01%).

Os transportes foram o único grupo de despesas com deflação (queda de preços): -0,38%. O resultado do grupo foi influenciado por recuos nos

preços das passagens aéreas (-11,50%), trem (-4,80%), metrô (-4,63%), ônibus urbano (-3,51%), etanol (-0,56%), óleo diesel (-0,20%) e gasolina (-0,13%).

Fonte: Agência Brasil

Cesta básica fica mais cara em todas as Capitais

Pesquisa mensal do Dieese apura que em outubro o valor do conjunto de alimentos básicos subiu em todas as 17 Capitais pesquisadas. As maiores altas ocorreram em Campo Grande (5,10%), Brasília (4,18%) e Fortaleza (4,13%).

SP – A Capital paulista teve o maior custo entre as 17 cidades. Atingiu R\$ 805,84. Seguida por Florianópolis (R\$ 796,94) e Porto Alegre (R\$ 774,32).

A Agência Sindical ouviu a economista Patrícia Lino Costa, coordenadora da Pesquisa do Dieese. Principais pontos:

Ela aponta dois principais fatores para a alta: “O clima é um dos principais. As queimadas e a estiagem dos meses anteriores impactaram a produção no campo. O outro diz respeito à taxa de câmbio e ao preço das commodities fora do Brasil”.

Futuro – É instável. A economista diz: “Estamos num ano com efeitos pesados do El Niño, que afeta muito negativamente a agricultura. É um cenário diferente e não há como avaliar se a tendência é de aumento, estabilidade ou queda. Voltou a chover, e muito depende da intensidade das chuvas. Depende das previsões de safra pra 2025, de políticas rápidas que o governo consiga fazer, como foi o caso do arroz ante os problemas do Rio Grande do Sul, entre outros”.

Fonte: Agência Sindical

Senador Paulo Paim (PT) confirma que não será candidato em 2026

Em encontro com a Executiva do PT-RS, nesta segunda-feira (11), o senador Paulo Paim (PT-RS) confirmou, como havia anunciado em 2022, que não será candidato em 2026 (*foto*).

Ele destacou que a extensa trajetória política, que inclui 4 mandatos como deputado federal e 3 como senador da República. Constituinte em 1988, o senador Paulo Paim (PT-RS) teve papel ativo na elaboração da Constituição Cidadã, e destacou-se em defesa dos direitos sociais.

Trata-se de perda relevante. Já que não será fácil substituí-lo à altura das demandas do povo brasileiro. O senador Paulo Paim não é político qualquer. Dedicou-se há 40 anos em defender os trabalhadores no Congresso Nacional. Seja como deputado quanto agora como senador.

Os participantes do encontro recordaram momentos importantes da carreira e ressaltaram o trabalho na criação de leis que impactaram profundamente a vida dos brasileiros, como os Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Juventude e da Igualdade Racial.

Foram destacados os esforços do senador na luta pelo salário mínimo digno, pelos direitos dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas e no combate aos preconceitos e ao racismo.

O mandato do senador se encerra em janeiro de 2027.

Frente Ampla - Em sua fala, Paim reforçou a importância de a construção de Frente Ampla pelo Brasil, projeto que vem sendo construído ao longo dos anos, com o objetivo de unir forças em prol do bem comum.



O senador também aproveitou a ocasião para reiterar a defesa da Previdência Pública e dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, temas centrais em sua atuação legislativa.

O reconhecimento ao trabalho do senador veio em forma de aplausos, lembranças e agradecimentos dos presentes.

3 recomendações - Encerrando sua fala, Paim deixou 3 recomendações que considera fundamentais: construir uma Frente Ampla; manter a humildade; e defender causas, e não coisas e interesses pessoais.

O evento foi 1 momento de celebração da trajetória de Paulo Paim e de reafirmação do compromisso dele com a defesa dos direitos sociais e da democracia.

“Cabeça” do Congresso - O DIAP, anualmente, avalia o desempenho parlamentar em publicação histórica e tradicional — “Os ‘Cabeças’ do Congresso Nacional” — e o senador é o único parlamentar que aparece em todas as edições do levantamento, que completou 31 anos em 2024.

São 150 deputados e senadores, num colégio de 594 parlamentares — 513 deputados e 81 senadores. São 100 “Cabeças” e 50 em “ascensão”.

Fonte: Diap



Supremo: Terceirização da atividade fim não impede reconhecimento de vínculo

O Supremo Tribunal Federal entendeu que a terceirização da atividade-fim não impede que seja reconhecida a relação de emprego, quando no caso a prática serviu à dissimulação de quem seria o verdadeiro empregador.

No caso julgado, o STF negou seguimento à reclamação 60.454, movida por uma rede de varejo contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) que reconheceu a relação de emprego entre a companhia e funcionários de uma oficina de costura contratada por uma empresa terceirizada.

O ministro Flávio Dino, relator da ação, afirmou em seu voto que a jurisprudência do STF que permite a terceirização não impede que seja reconhecida a relação de emprego nos casos em que esse tipo de contratação foi utilizado de forma fraudulenta.

“O que houve foi a conclusão de que, no caso concreto, estão presentes a dissimulação de quem seria o verdadeiro empregador e a verificação dos atributos específicos caracterizadores da relação de emprego”, afirmou o ministro em seu voto.

“Pontuo que nenhum dos precedentes vinculantes invocados impede o reconhecimento de relação de emprego em cada caso concreto. O vínculo empregatício não é compulsório, tampouco foi banido da ordem jurídica. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica”, sustenta o voto do ministro.

O julgamento na 1ª Turma do STF foi decidido por unanimidade, com os demais quatro ministros da Turma acompanhando o voto do relator.

AGU aponta fraude - A Advocacia-Geral da União atuou no processo e sustentou que houve fraude na terceirização das atividades de costura, o que levou à descaracterização desse tipo de contrato.

Dessa forma, a reclamação da empresa não poderia ser aceita pelo Supremo pois, no caso, não houve afronta à jurisprudência da Corte sobre a possibilidade de terceirização da atividade-fim, segundo defendeu a AGU em manifestação no processo. A reclamação é um tipo de ação apresentada quando decisões de outros tribunais contrariam o entendimento do STF.

Fiscalização do Grupo de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de SP constatou que a empresa terceirizada não possuía capacidade produtiva e passou a subcontratar oficinas de costura irregulares para confeccionar peças de roupa de linhas próprias da companhia varejista.

Além disso, os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego averiguaram que as oficinas não estavam registradas em órgãos públicos e utilizavam mão de obra em condição análoga à escravidão.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS